

PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**FUTEBOL E IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA:
O CASO DA COPA DO MUNDO DE 1938**

**Franca
2006**

PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**FUTEBOL E IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA:
O CASO DA COPA DO MUNDO DE 1938**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção de título de bacharel em História, à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tânia da Costa Garcia

**Franca
2006**

**Dedico este trabalho
aos que sabem que viver é melhor que sonhar**

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é uma realização conjunta. Várias pessoas contribuíram em sua elaboração. Portanto, lanço mão deste espaço para agradecer aqueles que muito colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, que me ajudaram na árdua tarefa de garimpar fonte para esta pesquisa.

Ao professor Fábio Franzini, que, mesmo distante, mostrou-se bastante solícito e foi importantíssimo para que eu enfim encontrasse o foco do meu projeto.

Ao professor Jurandir Malerba, que sempre me atendeu pontualmente nos momentos em que o procurei. Através de nossas conversas e de suas indicações, este trabalho foi tomando corpo.

Aos mestres Ana Paula Andrade, Jonas Marangoni e Luciane Casimiro, que muito me auxiliaram em vários momentos da pesquisa, indicando leituras, propondo recortes, lendo meus rascunhos... Divido com vocês três os méritos deste trabalho.

RESUMO

A Copa do Mundo de futebol de 1938, disputada na França, foi o primeiro grande momento de entusiasmo do povo brasileiro com a seleção nacional. Ao ser trazido para o Brasil, na virada do século XIX para o XX, o futebol era praticado unicamente nos clubes de elite do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo utilizado inclusive como traço distintivo desta classe. A sociedade, à época, se via às voltas com as mudanças ocasionadas por conta da troca de regime de governo, da monarquia para a república. Ao longo dos anos 10 e 20, o futebol foi adquirindo cada vez mais adeptos, na medida em que as cidades cresciam e o processo de urbanização e industrialização intensificava-se. Simultaneamente a este processo, a classe intelectual brasileira interessava-se cada vez mais em definir um arquétipo sobre o nacional, construir algumas idéias gerais definidoras que serviriam para, num âmbito global, diferir o brasileiro de outros povos e elaborar as peculiaridades do Brasil em relação a outras nações. A partir da década de 30, o futebol alcançou um enorme grau de difusão em várias camadas da sociedade brasileira. Este grau de popularidade do esporte serviu para que as vitórias que o time nacional de futebol conquistava em torneios no exterior servissem como parâmetro para propagar um modelo de identidade nacional que se construiu durante o Estado Novo. A teoria da “raça brasileira”, difundida por intelectuais na década de 30, e que tinha como alicerce a idéia de que a miscigenação promovida durante o período colonial brasileiro era um fator que enaltecia o brasileiro, foi diretamente projetada na seleção brasileira de 1938, por conta de seus jogadores negros e mulatos que, ineditamente, participavam de uma seleção nacional. Uma das principais características da política governamental de Getúlio Vargas, no que diz respeito à cultura, foi atrelar elementos de uma crescente “cultura popular” a idéias como “nação”, “cidadania” e “brasilidade”. A partir da cobertura que o jornal “Diário de S. Paulo” fez ao evento, pode-se constatar o enorme grau de repercussão que a Copa de 38 teve na sociedade brasileira, bem como o sucesso por parte do governo em transformar o time em um catalisador da identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: nacionalismo, identidade nacional, Era Vargas, futebol.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 07
1. INÍCIO DA REPÚBLICA: CONTEXTO	p. 11
1.1: A sociedade e a política brasileira no início da república	p. 19
1.2: Intensificação do processo de industrialização e surgimento de metrópoles – processo de urbanização	p. 23
1.3: A abolição da escravidão e a marginalização do negro na sociedade brasileira	p. 25
2. A CHEGADA DO FUTEBOL NO BRASIL	p. 28
2.1: As práticas da sociedade brasileira no começo do século XX	p. 30
2.2: O futebol: dos clubes de elite aos campos de várzea das grandes cidades	p. 39
3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL	p. 45
3.1: O Governo Vargas: elementos populares atrelados à noção de “brasilidade”	p. 47
3.2: Copa do Mundo de 1938: o futebol como fator de identidade nacional	p. 51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 59
FONTES	p. 63
BIBLIOGRAFIA	p. 65
ANEXOS	p. 70

INTRODUÇÃO

Em 25 de julho de 1938, o jogador de futebol Leônidas da Silva causava grande alvoroço na cidade de São Paulo. Com sua popularidade em alta, Leônidas foi convidado para participar de vários eventos pelo país; São Paulo era apenas mais uma parada de sua longa jornada participando de vários eventos pelo país (“Leonidas...”, 1938, p. 2). O atleta em questão fora o artilheiro da Copa do Mundo que acabara de ser disputada na França. Nunca uma Copa do Mundo de futebol tivera tanta repercussão no Brasil como a que acabara de ocorrer. Elevado à condição de ídolo nacional após sua participação de destaque na competição – foi o jogador que mais gols fez no torneio –, Leônidas não fazia senão desfrutar de seu sucesso como estrela da seleção brasileira de futebol.

O presente trabalho surge com o intuito de demonstrar como a Copa do Mundo de 1938 foi fundamental para o desenvolvimento da noção de identidade nacional no povo brasileiro. A campanha vitoriosa que o time brasileiro teve em sua viagem à Europa gerou bastante repercussão na sociedade brasileira em diversos âmbitos. A seleção de futebol passou a ser considerada, a partir deste evento, uma espécie de elemento de catarse do nacionalismo e da identidade nacional no Brasil.

O trabalho foi dividido em três capítulos, onde serão tratadas algumas problemáticas que permeiam o histórico do futebol no Brasil. O intuito foi traçar um panorama geral da sociedade brasileira desde os primeiros momentos da república até o início do Estado Novo. Assim, será analisado como o futebol foi, paulatinamente, angariando praticantes e torcedores, desde sua chegada ao Brasil no final do século XIX até meados da década de 30 do século XX, para chegar na situação de tornar-se inegavelmente um elemento distintivo do povo brasileiro (FRANZINI, 2003, p. 68). O enfoque da análise se dará na atuação da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1938, e na conseguinte grande repercussão que este torneio teve na sociedade brasileira naquele momento. Para

tanto, esta pesquisa utiliza como fonte o jornal “Diario de S. Paulo”, jornal de grande circulação à época, e que fazia parte do conglomerado “Diários Associados”, cujo dono, Assis Chateaubriand, sempre procurou ao longo de sua carreira manter um vínculo íntimo (promovendo uma espécie de permuta entre poderes) com os presidentes brasileiros – e com Getúlio Vargas não foi diferente. (MORAIS, 1994).

A partir da ascensão de Vargas, as políticas governamentais caminharam no sentido de associar elementos denotativos da cultura popular brasileira a um modelo de identificação nacional. Posto isto, pontuações serão feitas para que se trate em que momento histórico o futebol foi trazido para o Brasil, como foi seu processo de popularização, em que medida o futebol foi colocado na discussão sobre o “moderno” e o “nacional” em voga nos anos 20, quais as transformações políticas ocorridas no país na década de 30, e qual a importância que a Copa do Mundo de 1938 teve para a associação da seleção nacional à idéia de “brasilidade”.

No início do trabalho, será feita uma abordagem acerca da transição do regime governamental no Brasil ocorrida no final do século XIX: da monarquia à república. Serão abordadas, em linhas gerais, quais foram as transformações mais significativas que advieram com a instauração do regime republicano no Brasil, em especial no campo político e intelectual, na virada do século XIX para o século XX, e como a chegada do futebol no Brasil pode ser inserida neste contexto.

O trabalho prossegue num segundo momento tratando das transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos 20. Neste período, a discussão sobre o que viria a ser o nacional, que tem seus primeiros registros ainda na década de 70 do século XIX, ganha novos contornos, sendo que o ápice desta discussão acerca da nacionalidade ocorre com o movimento modernista e a Semana de Arte Moderna de 1922 (VELLOSO,

2003). Simultaneamente a esta discussão de caráter intelectual, é notória a intensificação no processo de industrialização sofrido nas grandes cidades brasileiras, que trazem como conseqüências um aumento significativo do espaço urbano e uma nova situação posta para os indivíduos pertencentes àquele tempo-espaço lidarem: a reorganização dos espaços público e privado, e a conseqüência disso nas interações sociais (RAGO, 1985). É neste período em que o futebol foi se popularizando, principalmente nos bairros industriais destas cidades, adquirindo outras conotações além da prática esportiva, como, por exemplo, servir tal qual um meio de sociabilização de diferentes grupos sociais (TOLEDO, 1997, p. 16), ou a possibilidade que o futebol propiciou para os praticantes das camadas populares de ascensão social (FRANZINI, 2003, p. 62).

Finalmente, no terceiro momento do trabalho, tratar-se-á do impacto que as mudanças proporcionadas pelo governo de Getúlio Vargas trouxeram à sociedade brasileira, em especial no campo cultural, e como o futebol, neste momento, foi utilizado como catalisador da identidade nacional brasileira, servindo como uma espécie de “objeto de confirmação” das teorias raciais criadas na década de 30 por parte dos intelectuais brasileiros (PEREIRA, 2000, pp. 332 e 336). O bom desempenho do time brasileiro na Copa do Mundo de 1938 foi encarado como uma espécie de sobreposição da essência brasileira em relação ao Europeu. As ações do governo em relação ao time nacional de futebol caminharam no sentido de fazer com que este fosse visto pelos brasileiros como sintetizador da brasilidade – portanto, como elemento promotor da identidade nacional brasileira.

1. INÍCIO DA REPÚBLICA: CONTEXTO

Depois de sessenta e sete anos de regime monárquico, o Brasil adotou a forma de governo republicano oficialmente na madrugada do dia 15 de novembro de 1889. Sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca (que acabou por tornar-se o primeiro presidente da república brasileira), os militares assumiram o poder no Brasil, fato ocorrido na então capital do império, a cidade do Rio de Janeiro, que seria mantida no posto de capital, agora da república recém-proclamada (CARVALHO, J, 1987). Algumas situações, ocorridas na sociedade brasileira a partir de 1850, foram consagradas pela historiografia brasileira como fatores culminantes para a desestabilização da monarquia – que teria se mostrado inapta para solucionar tais questões polêmicas (HOLANDA, 1977, p. 350). Nesse início de trabalho, serão tratados quais foram as transformações sociais que emergiram na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, como elas acabaram por culminar com a proclamação da república e como foram os primeiros momentos de governo republicano no Brasil.

Durante o regime monárquico, a relação do governo com o clero foi abalada em decorrência de uma crise entre Estado e Igreja. A Constituição de 1824 determinava que seriam dois os mecanismos de controle estatal sobre o clero no Brasil: o padroado¹ e o beneplácito². A partir do um veto feito por D. Pedro II a uma determinação do papa Pio IX que impedia a participação de maçons na Igreja Católica, o meio eclesiástico brasileiro dividiu-se. Alguns bispos pelo país seguiram a determinação papal, mesmo sem o

¹ De acordo com o padroado, os salários dos clérigos seriam pagos pelo Estado, ficando os padres incumbidos de redigirem o batistério, uma certidão de batismo que também era reconhecida como certidão de nascimento aos olhos do poder público, já que Estado e Igreja estavam unidos no trato desta questão (DORNAS FILHO, 1938).

² O beneplácito colocava o imperador, numa escala hierárquica, entre o papa e o clero brasileiro; o termo significa *consentimento* e, assim, as determinações papais só seriam válidas para os clérigos do país caso o imperador conferisse seu beneplácito – do contrário, não teriam validade (Ibid).

beneplicito do imperador. D. Pedro II, por sua vez, encarou a postura destes bispos como ato de rebeldia, e resolveu puni-los com trabalhos forçados. Nem mesmo o perdão concedido aos bispos evitou que o clero reivindicasse sua desvinculação total com o Estado. Assim, perdia a monarquia um importante aliado por não saber lidar com tal situação.

O exército, de base popular, não se via identificado com o governo monárquico, e classificava-o como porta-voz dos interesses da elite agrária. Ao final da Guerra do Paraguai, o exército se auto-atribuía o papel de agente decisivo no processo de modernização política, passando a criticar a escravidão, uma das instituições mais caras à aristocracia rural (aliada da monarquia). Daí por diante, o pensamento republicano não tardou a encontrar entre a baixa oficialidade e os alunos da Escola Militar um campo fértil de propagação de seus ideais (SCHWARCZ, 1998, p. 320). Em suas aulas nas Escola Militares, o professor Benjamin Constant³ fazia referências elogiosas ao pensamento positivista⁴. O exército ia se consolidando como força opositora ao governo imperial, e portanto, como potencial aliado do crescente movimento republicano (SCHWARCZ, 1998, p. 320).

Enquanto o exército mantinha uma posição abolicionista, os fazendeiros das regiões de lavoura tradicional mantinham sua posição escravista. Entretanto, foi a posição da burguesia cafeeira do chamado Oeste Paulista que teve um papel determinante no

³ Homem de grande influência nas escolas militares, é tido por alguns como um dos principais responsáveis pela ação dos militares na proclamação da república (CARVALHO, J, 1990, pp. 36-37).

⁴ Herdeiro do pensamento iluminista do século XIX, o pensamento positivista, elaborado pelo francês Auguste Comte, radicalizou na defesa da razão e fez a apologia do conhecimento científico como forma de solução para os problemas que assolavam a humanidade. Sua proposta política colocava a necessidade da transformação social sem a tomada do poder por meios violentos, privilegiando a ordem como um meio de se alcançar o progresso, sendo este entendido como o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como justiça e, muito menos, como igualitarismo social.

desenvolvimento da questão. Abrindo espaço para intelectuais da classe média, como Silva Jardim⁵, este grupo ampliou suas fileiras em defesa da causa republicana e passou a ver na abolição da escravatura um golpe certo contra o regime monárquico. Na boca dos abolicionistas do Partido Republicano Paulista, a bandeira da extinção do trabalho escravo confundiu-se com o discurso republicano (este, aliás, muito menos uniforme em suas diretrizes). Se na reta final rumo à república, Silva Jardim representava a facção mais voltada aos interesses urbanos e propunha um regime que contemplasse os interesses das camadas populares, Quintino Bocaiuva⁶ liderava a facção mais elitista, que temia uma “radicalização” do movimento. Em todo caso, a campanha abolicionista era o ponto comum a todos os que se interessavam em prover os ideais republicanos de credibilidade e torná-lo o mais abrangente possível (CARVALHO, J, 1990, p. 53).

Num esforço para aproximar a monarquia dos setores dinâmicos que advogavam a favor da causa republicana, a princesa Isabel assinou, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, extinguindo a escravidão e, como não tardaria que ela mesma se desse conta, dando um golpe fatal ao trono que ela própria herdaria.

A filha do imperador D. Pedro II, princesa Isabel, não era uma unanimidade na opinião pública brasileira, e um possível governo seu era visto com desconfiança. O gesto da princesa Isabel, ao abolir a escravidão, teve como efeito imediato o descontentamento de fazendeiros do Vale do Paraíba, sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro que, sentindo-se traídos, não viam mais no império uma instituição confiável: “Por mais que a monarquia premiasse os proprietários rurais com títulos de baronato e alegasse o caráter inevitável da medida, a falta de indenização selava o rompimento com o Estado” (SCHWARCZ, 1998, p.

⁵ Dono do jornal *O paiz*, que era utilizado como porta-voz do oficialismo republicano (CARVALHO, 1990, p.37).

⁶ Histórico republicano, chefe do Partido Republicano Brasileiro (CARVALHO, 1990, p. 37).

438). Uns recolheram-se e ficaram como meros espectadores dos acontecimentos que se seguiam; outros, percebendo que os ventos da política sopravam em nova direção, aderiram aos Partidos Republicanos de suas províncias (SCHWARCZ, 1998, p. 457). A velha base de sustentação do governo esfacelava-se, e a possibilidade de um Terceiro Reinado sob Isabel, após a morte do velho e doente Pedro II, já estava descartada por praticamente todos os grupos políticos (SCHWARCZ, 1998, p. 446).

Os atritos entre militares e o governo foram tomando corpo, como por ocasião da demissão do Marechal Deodoro da Fonseca – então comandante de armas do Rio Grande do Sul – pelo chefe de gabinete, o barão de Cotegipe, em 1886, em razão da recusa daquele em punir oficiais considerados por este insubmissos (SCHWARCZ, 1998, p. 457). Já em 1889, a subida do liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo à condição de primeiro-ministro e sua disposição de realizar uma série de reformas políticas dividiu o parlamento, dando início a uma sensação de desgoverno e criando uma oportunidade privilegiada para que o Exército interviesse, derrubando o primeiro-ministro, seu gabinete e a própria monarquia (SCHWARCZ, 1998, pp. 457-458).

A bancarrota do Império não foi causada exclusivamente pela crise do governo com o clero, pelos desentendimentos com os militares, pelas complicações advindas da abolição da escravidão ou com a crise de sucessão. Estes pontos foram sim elementos de exacerbação de uma evidente contradição entre as transformações vividas pela sociedade brasileira a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi extinto, e suas instituições políticas, representativas de grupos de interesses que foram se apegando a um modelo socioeconômico que persistia desde os tempos da Colônia, foram perdendo força no cenário político brasileiro. Essas instituições políticas “arcaicas” acabaram, gradualmente, sendo envolvidas e ultrapassadas por uma nova realidade, imposta pelo triunfo do capitalismo

internacional, que também projetou elementos novos na realidade do país. Além disso, há de se considerar também o impacto negativo que a Guerra do Paraguai, com seus altos custos, e o pós-guerra, não menos custoso, teve na sociedade brasileira de então – servindo como mais um elemento de desgaste ao governo imperial. Ao tratar das conseqüências que a Guerra do Paraguai gerou ao governo monárquico brasileiro, Francisco F. M. Doratioto diz o seguinte:

Esse conflito marcou o apogeu e, paradoxalmente, está entre os fatores que levaram ao fim do Estado monárquico brasileiro (...) A luta contra o Paraguai marcou, também, o início do processo de erosão do Estado imperial (...) Findo o conflito, em 1870, o Estado monárquico não teve condições de promover a tempo as reformas que conciliassem, em sua estrutura de poder, os interesses de setores sociais emergentes – camadas médias urbanas e fazendeiros de café do oeste paulista – com a decadente oligarquia escravocrata (...) Foi o exército, que o Estado imperial estruturara durante a guerra do Paraguai em padrões modernos de organização e de armamento, o instrumento que pôs fim à Monarquia com o golpe de 15 de novembro de 1889. (DORATIOTO, F. F. M., 1996, p. 9).

Sérgio Buarque de Holanda, ao colocar a sua visão do processo como um todo, diz o seguinte:

A explicação fácil, por isso mais correntemente aceita, para a queda da monarquia, isto é, a de que o regime se divorciara dos elementos naturalmente conservadores, em que outrora se arrimara, procede, em geral, de uma visão simplificadora dos fatos. Melhor seria dizer que a queda foi apressada pela sua incapacidade de acompanhar com a necessária presteza, as tendências renovadoras da estrutura tradicional do regime, enquanto outros países, como a República Argentina, outrora retardatária, rapidamente tomavam a dianteira ao Império. (HOLANDA, 1977, p.283).

Foi nesse contexto em que o Partido Republicano foi fundado. A proposta de república apareceu sob indícios de que seria uma alternativa à monarquia, dando a entender inclusive que os descontentes com o governo monárquico teriam seus anseios devidamente contemplados. Sem grandes movimentações populares, a troca do regime governamental

foi razoavelmente tranqüila, desprovida de quaisquer convulsões sociais. A declaração de Aristides Lobo, principal homem do ministério nomeado por Deodoro da Fonseca, em carta publicada no “Diário Popular” de São Paulo em 18 de novembro de 1889, tornou-se célebre por representar em grande medida qual foi o grau de participação – ou a falta de – do povo brasileiro naquela movimentação: “O povo assistiu bestializado à proclamação da República” (BASBAUM, 1968, p. 18).

O fato foi que a idéia de república surgiu como fruto de uma crise político-eleitoral. Em vista das demandas políticas, o império abriu-se ao debate; entretanto, o quadro de ceticismo em relação ao império era grande. Desinteressados pela “revolução” (ou “convulsão”, termo mais comumente utilizado em manifestos republicanos à época), as investidas que se auto-proclamavam republicanas pretendiam-se “esclarecedoras” – como fica claro numa passagem do Manifesto Republicano de 1870, que foi publicado no jornal carioca “A República”, em 3 de dezembro de 1870: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses de nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la” (PESSOA, 1973, p. 40). Representados fundamentalmente por tendências liberais do Rio de Janeiro, os críticos da monarquia estão inseridos na monarquia; porém, estão na “periferia” do sistema. José Murilo de Carvalho, ao tratar da “questão militar”, diz: “Esse grupo não tinha visão elaborada de república, buscava apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito após o esforço de guerra contra o Paraguai” (CARVALHO, J, 1990, p.39). O sistema eleitoral é outro importante ponto em questão: é visto como o ponto a ser transformado, para que este grupo aliado do poder inverta a situação.

Num âmbito internacional, as grandes transformações se davam por conta da Revolução Técnico-Científica, que tem como marco histórico a Inglaterra do final do

século XIX e começo do século XX. Com esta revolução, que trouxe a realidade do ferro, do carvão e da máquina a vapor para a produção das manufaturas, a relação da sociedade de uma forma geral e de cada indivíduo em particular com o tempo passa a ser outra. Esse processo intensifica-se com a Segunda Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científico-Tecnológica, onde esse processo de aceleração do tempo individual e coletivo intensifica-se. Com esta revolução, a Europa, os Estados Unidos e as zonas de influência destes passaram a tratar o universo e o mundo ao seu redor de um modo como nunca se pensara. Nas palavras do historiador Nicolau Sevcenko:

Os novos recursos técnicos, por suas características mesmo, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam. No mínimo porque as escalas, potenciais e velocidades envolvidos nos novos equipamentos e instalações excedem em absoluto as proporções e as limitadas possibilidades de percepção, força e deslocamento do corpo humano. (SEVCENKO, 1998, p. 516).

A proclamação da república pode ser interpretada como um golpe à monarquia, comandado por militares, cafeicultores e políticos insatisfeitos com os rumos tomados pelo regime monárquico. O que estes grupos tinham em comum era o fato de todos, descontentes com a monarquia, adotarem um discurso pró-república. Isso se deu muito menos por firmes convicções quanto à pertinência de um novo regime de características republicanas (lembremo-nos que o ideário de república surgiu com a independência dos Estados Unidos e com a Revolução Francesa), mas principalmente por estes grupos estarem alijados do poder e quererem, de algum modo, situarem-se no centro e não na periferia deste poder. A forma como o comando do poder no Brasil foi reconfigurado, embora concentrado em poucos setores da sociedade, não impediu, contudo, que uma esperança por melhoras se despertasse em vários âmbitos. De acordo com José Murilo de Carvalho, a situação era, em linhas gerais, a seguinte: “Embora proclamado sem a iniciativa popular, o

novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação” (CARVALHO, J, 1987, p.12).

Uma das principais idéias da elite brasileira que, com a proclamação da república, veio a ser a nova detentora do poder no país tinha era a de promover uma industrialização imediata e propiciar a modernização do país “a todo custo”. Uma das primeiras conseqüências do governo republicano do Marechal Deodoro da Fonseca foi abrir a economia ao capital estrangeiro; Inglaterra e Estados Unidos, que dominavam o mercado internacional à época, foram os grandes beneficiários desta situação.

1.1: A sociedade e a política brasileira no início da República

Na transição do século XIX para o século XX, o Brasil não possuía a integração nacional territorial que detêm hoje. Algumas questões fronteiriças ainda eram pendentes e só foram resolvidas nos primeiros anos da república, graças às intervenções do Barão de Rio Branco⁷. No prefácio de “Esboço da História do Brasil”, escrito pelo próprio Rio Branco, o então chanceler Celso Lafer diz o seguinte sobre como se deram as ações do Barão na delimitação das fronteiras do Brasil:

Em 1902 foi convidado por Rodrigues Alves para ser ministro das Relações Exteriores. (...) Permaneceu no cargo durante dez anos, servindo a mais três presidentes: Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Aí sim teve oportunidade de realizar seu grande trabalho, não de historiador, mas de estadista: o fechamento definitivo, através de acordos solenes e indiscutíveis, das fronteiras do Brasil. Assinou tratados de limites com a Bolívia (1903), Equador (1904), Suriname, (1906), Colômbia (1907), Uruguai (1909) e Peru (1909). No caso da Bolívia – a “Questão do Acre” – sua atuação desdobrou-se em múltiplos planos:

⁷ Homem forte da monarquia chamado para compor os quadros políticos republicanos, tornou-se referência da diplomacia brasileira.

mudou a interpretação brasileira do Tratado de 1867; criou fatos novos ao denunciar o arrendamento da região a um sindicato anglo-americano; e conseguiu, finalmente, com grande habilidade negociadora, chegar a uma solução satisfatória de um problema que parecia a muitos sem saída pacífica. (LAFER, 1992, p.11).

O país passou a ter a demarcação territorial que possui hoje apenas em 1909 (LAFER, 1992, pp. 11-12). A cidade do Rio de Janeiro, capital federal, era o “pólo irradiador” das movimentações políticas, sociais e culturais para o restante do país. Portanto, as referências que temos do começo do regime republicano sobre o que vinha a ser o “Brasil” são, basicamente, referências oriundas de situações políticas vividas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Nos primeiros momentos após a proclamação da República, o que se percebia no cenário político brasileiro era a predominância de dois partidos: o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRR (Partido Republicano do Rio Grande do Sul) (CARVALHO, J, 1990, pp. 48 a 50). Vale ressaltar que a influência do pensamento positivista nesse período era grande, em especial nas elites, tanto no campo intelectual quanto no político. Assim, inspirados nas correntes científicas europeias em voga à época (como o darwinismo social, o monismo alemão ou o positivismo francês), as elites brasileiras interpretavam o mundo ao seu redor, criando assim formas de lidar com ele que acabavam por repercutir em várias esferas da sociedade (SEVCENKO, 1998).

Evidentemente, a parcela pobre da população brasileira, detentora de outro repertório de vida, via e se relacionava com as alterações que surgiam nas principais cidades do país de uma maneira distinta. As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro são emblemáticas nesse aspecto, pois demonstravam a forma conflituosa como o governo republicano foi se desenvolvendo em seus primeiros momentos. O grosso da

população era aliado dos processos decisórios. Por conta da tomada do poder pelo regime republicano, essa parcela da população viu o monarca ser deposto; mais do que a queda de um chefe de Estado, viram aquele que seria o representante legítimo de Deus na terra para governar o país ser destronado. A partir desta elaboração, pode se ter uma idéia da confusão que as movimentações políticas em fins do XIX e começo do XX causaram na mentalidade da população brasileira à época.

Uma das alterações significativas surgidas com a deposição do monarca foi a separação entre os poderes da Igreja e do Estado. As situações ocorridas no Rio de Janeiro são emblemáticas no que diz respeito à forma como Estado republicano lidava com a parcela pobre da população. Esta parcela, além de desprovida de qualquer mecanismo de participação política, também foi considerada como geradora dos principais focos de mazelas que assolavam a cidade no período. Foram pensadas soluções para que a cidade lidasse melhor com os problemas de infra-estrutura e saneamento básico. Este processo, ocorrido já no governo do civil Rodrigues Alves, lançou mão do discurso de que era necessário efetivar uma “modernização” do país. Durante esse processo de “modernização”, profissionais técnicos foram contratados para realizarem uma grande reforma na cidade; mais do que isso, lhes foi dado um grau de poder de tal forma ilimitado, que instaurou-se na cidade uma “tripla ditadura”, posto que estes profissionais “recrutados” para realizarem as transformações receberam do governo o aval para efetuarem as mudanças que julgassem necessárias, da forma que lhes conviesse. Talvez o grande equívoco das elites brasileiras tenha sido tentado aplicar ao Brasil o que teve sucesso na Europa, sem com isso considerar o histórico de nosso país, que, obviamente, tinha profundas diferenças em relação ao histórico europeu (SEVCENKO, 1998, pp. 570-571).

Nestes primeiros momentos de governo republicano, ocorreram alguns problemas de assimilação do imaginário republicano por parte da população, em especial das camadas menos favorecidas. Os conflitos mais emblemáticos deste desencontro entre a imposição do governo sobre o que supostamente seria melhor para o país e a negativa da população em acatar os mandos e desmandos de forma passiva ocorreram com a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, e com a Guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia. O primeiro caso, classificado por José Murilo de Carvalho como a “mais espetacular ação popular da época [...], não só por suas dimensões como por sua complexidade”, pode ser caracterizado como um levante popular em resposta às invasões de sanitaristas aos casarões do centro do Rio de Janeiro (que eram tidos como principais focos de todas as doenças, perversidades e mazelas que assolavam a cidade), enquanto que o segundo tratou-se de uma comunidade no sertão do Brasil que, comandadas por um líder messiânico, criaram um modo de vida à margem dos preceitos republicanos, e foram tratados pelo governo como perigo à ordem nacional.⁸

Enquanto a população pobre se via cada vez mais excluída do plano social, e era colocada à margem da “modernização” efetuada à época, as elites sentiam-se cada vez mais confortáveis com os padrões de vida espelhados no modelo europeu que ganhavam repercussão no Brasil. Assim, as grandes cidades brasileiras foram, aos poucos, se adequando a uma “nova ordem mundial”. A maneira com que a elite no Brasil – mais uma vez, tendo como parâmetro a cidade do Rio de Janeiro – desenvolveu seus hábitos nos primeiros momentos da república (mais precisamente entre 1898 e 1914) foi denominada

⁸ Um clássico sobre a Guerra de Canudos, que trata de forma detalhada o que foi o conflito, é o livro “Os Sertões”, no qual o então jornalista do jornal “O Estado de São Paulo” Euclides da Cunha relata como foi sua viagem a Canudos, quais eram as características da população local, e como se desenrolou o conflito.

pela historiografia como “Belle Époque”, posto que estas elites tinham como modelo de sociedade civilizada a Europa – em especial Paris⁹. Uma citação de Jeffrey D. Needell serve para transmitir de forma sintética quais os paradigmas deste período no Brasil: “Minha tese central é a de que a cultura e a sociedade de elite serviram para manter e promover os interesses e a visão da própria elite, e que paradigmas culturais derivados da aristocracia europeia foram adaptados ao meio carioca com esta finalidade” (NEEDEL, 1993, p.11). Inspirado totalmente nos padrões de vida europeu, sobretudo o francês, este modelo foi o responsável pelo surgimento de novos padrões de vida, de consumo, por uma nova ordem publicitária, e a adoção de medidas públicas que “visavam o bem-estar-social”, como a difusão de práticas esportivas. É nesse contexto que o futebol inicia seu processo de popularização.

1.2: Intensificação do processo de industrialização e surgimento de metrópoles - processo de urbanização

Uma das conseqüências da revolução técnico-científica foi a consolidação do processo de surgimento das metrópoles. Diante dessa nova realidade, o que se viu foi uma concentração cada vez maior destas novas tecnologias. Sevcenko define o fenômeno da seguinte forma:

De fato, a revolução técnico-científica instituiu um encadeamento entre as novas tecnologias, e, por conta da escalada na atividade produtiva, enormes movimentações populacionais, especialmente voltadas para a

⁹ Depois das reformas urbanas ocorridas entre os anos de 1903 e 1906, o Rio de Janeiro foi alçado à alcunha de “Paris dos trópicos”, posto serem os novos modelos arquitetônicos construídos na capital do Brasil inspirados nos da capital francesa (NEEDEL, 1993).

concentração nas áreas urbanas que polarizam o processo. É o que desencadeia o fenômeno da metropolização na sua magnitude contemporânea (SEVCENKO, 1998, pp. 521-522).

O processo de industrialização no Rio de Janeiro e em São Paulo deu um grande salto no começo no século XX. Ambas as cidades passaram por transformações estruturais, especialmente no plano arquitetônico, de modo que os habitantes destas metrópoles foram postos numa outra relação tempo-espaço.

O que aconteceu na transição do século XIX para o século XX, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, foram transformações urbanas que visavam a “purificação” das cidades. Era, na verdade, um esforço dos higienistas em exercer um controle sobre a população pobre da cidade, que era vista como a geradora da maioria das mazelas do espaço público. Foi neste momento em que a burguesia industrial começou a efetivar investimentos para que surgissem métodos que disciplinassem o espaço a ser habitado pelo trabalhador urbano – afim de que os surtos epidêmicos dos bairros pobres não se alastrassem para os recém-bairros-novo-rico da cidade. De acordo com Margareth Rago, a percepção que se podia elaborar da situação era a seguinte: “No horizonte dos médicos e sanitaristas, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica”. (RAGO, 1985, p.170).

A população destas cidades cresceu consideravelmente. Com isso, novas demandas sociais foram surgindo, afim de que esta população encontrasse, na multidão, uma maneira de lidar com sigo mesma e com as mais diversas demandas que surgiam nas mais variadas esferas: políticas, econômicas, culturais. As reestruturações arquitetônicas

promovidas no Rio de Janeiro e em São Paulo eram inspiradas nos modelos de cidade criados por Haussmann¹⁰ na Europa do final do século XIX.

1.3: A abolição da escravidão e a marginalização do negro na sociedade brasileira

No plano social, uma das principais alterações ocorridas no Brasil no final do século XIX, que diferenciaram a monarquia da república, foi a transformação da relação que a sociedade estabelecia com o trabalho. A abolição da escravidão no Brasil ocorreu oficialmente em 13 de maio de 1888. Antes desta data, porém, o debate sobre a possibilidade de continuar ou não a escravidão no Brasil já tomava conta de vários setores da sociedade naquele período. Um ano antes da assinatura da Lei Áurea, províncias como o Ceará ou a Bahia, que nem contavam com partidos republicanos (como os que foram fundados no rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul), já haviam se antecipado e acabado com a escravidão por conta própria, pois sua economia decadente já fazia do sustento dos escravos um custo muito elevado (MEDEIROS, 1988, pp. 39-40). A historiografia que aborda esta temática coloca o embate entre cafeicultores e trabalhadores das chamadas lavouras tradicionais como uma das razões para a queda da monarquia. Sem saber lidar com essa questão, o poder monárquico acabou perdendo forças para os favoráveis à república, que tinham em sua pauta de reivindicações, dentre outros, a abolição da escravidão (SCHWARCZ, 1998, p. 438) .

¹⁰ Barão Haussmann, que governou Paris de 1853 a 1869, foi o grande responsável pelas transformações urbanísticas que a cidade atravessou sob o governo de Napoleão III, e que serviram de inspiração para outras cidades pelo mundo, como aconteceu no Rio de Janeiro. (BENEVOLO, 2001).

O que importa salientar aqui é que, embora os escravos fossem considerados “livres” com a abolição, não houve nenhum plano por parte do governo em ressarcir os negros por todos os abusos que sofreram enquanto escravos. Além disso, o preconceito da sociedade para com o negro era inegável. Recebendo uma grande carga de preconceito, houve uma dificuldade para que estes outrora escravos se inserissem nos restritos nichos socioeconômicos da sociedade daquele período, fosse nas escolas, no funcionalismo público, ou ainda em comércios varejistas. De acordo com Florestan Fernandes, o problema posto para a república com a recém-abolição dos escravos era como se daria a integração do negro na sociedade de classes:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, em que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais para realizar esta proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1965, p. 1).

Se fosse buscar um meio de vida na lavoura, o negro era preterido por um trabalhador europeu, já que, além de todas as teorias de “branqueamento” vigentes à época, o antes proprietário do negro agora não se empolgava com a idéia de dar um salário para aquele que já fora sua posse. Se fosse tentar a sorte no comércio varejista de uma grande cidade, por exemplo, dificilmente conseguiria garantir sucesso em sua empreitada, pois seria vítima do preconceito social, que via a qualidade do que um negro fazia como menor, se comparada com a de um branco. Com isso, não restaram muitas opções para o negro, que acabou sendo marginalizado pela sociedade, e ao sair das senzalas acabou tendo como

destino as áreas mais precárias das cidades. Nos planos de reformas urbanísticas do começo do século XX, uma das medidas tomadas foi a de deslocar a população pobre destas cidades para regiões afastadas do centro, sendo este o grande foco das reformas. Nas grandes cidades no Brasil, enquanto um lado via a reurbanização do centro e o surgimento dos bairros industriais devidamente organizados, o outro via o surgimento das favelas sob condições bastante precárias (PERLMAN, 1977, p. 30).

Uma das formas com que a elite republicana imaginou que a questão do trabalho seria sanado no Brasil foi através da importação de imigrantes, para serem utilizados como mão-de-obra sobretudo na cafeicultura paulista. Este fato trouxe uma nova configuração para a forma de lidar com o trabalho. Com o trabalho assalariado substituindo o escravo, este corpo de imigrantes estrangeiros deram mais dinamismo ao mercado interno brasileiro. Talvez tenha sido a partir desta nova realidade, que uma grande alteração tenha se dado: surgia então uma nova disposição nos cargos hierárquicos e nos valores. A sociedade e a cultura tradicionais, aos poucos, iam se desestabilizando.

2. A CHEGADA DO FUTEBOL AO BRASIL

O futebol foi trazido para o Brasil em 1894 por Charles Müller, brasileiro nascido em São Paulo, filho de ingleses, que durante seus estudos na Inglaterra conheceu o esporte, praticado não só na Inglaterra, mas também em outros países da Europa, como França, Itália e Suíça. Foi para este último país, inclusive, que Oscar Cox, outro brasileiro descendente de ingleses, foi estudar e, assim como Müller, trouxe os equipamentos necessários (bolas, uniformes, chuteiras, livro com regras sobre como se desenrolava o jogo) para a prática do esporte no Brasil – no caso de Cox, o ano de regresso ao Brasil foi 1897, e a cidade, o Rio de Janeiro (PEREIRA, 2000, pp. 21-22).

Tanto Müller quanto Cox eram jovens oriundos de famílias abastadas. A ida destes rapazes para a Europa para aprimorarem seus estudos ilustra bem a postura da elite brasileira em relação à educação de seus filhos. Nesta época de início de república, muitos dos membros desta elite não viam a esfera pública como competente o suficiente para garantir uma educação de qualidade para seus filhos. O poder público, por sua vez, não se outorgava o dever de responsabilizar-se pela educação da população. Portanto, nos primeiros tempos de república o ensino estava longe de ser “democratizado”; educação escolar era definitivamente algo para poucos. Diante das poucas opções no país, aqueles que podiam optavam por encaminhar seus filhos para uma temporada de estudos na Europa. Ao retornarem, os garotos traziam consigo não só os ensinamentos que lhes eram transmitidos no âmbito educacional, mas também os hábitos em voga na sociedade européia da época; entre estes hábitos, estava o futebol:

Müller e Cox. Ambos jovens que apesar dos nomes estrangeiros, eram nascidos no Brasil; ambos filhos de famílias abastadas que buscaram, na Europa, a base de uma educação que não poderiam ter em seu país de origem, trazendo de lá a semente de novas práticas e tradições [...] História como a dos dois pioneiros servem, assim, para atestar o caráter

elitista dos primeiros tempos do esporte no Brasil: nascido somente pelo impulso isolado de alguns grupos abastados, que buscavam na Europa as raízes de uma nova cultura e de uma nova civilização para a recém-instaurada República brasileira, ele tinha definido em seus primórdios o caráter restrito que caracterizaria seus primeiros tempos. (PEREIRA, 2000, pp. 22-23).

Portanto, a exportação do futebol para terras brasileiras não pode ser enxergada como um fenômeno extraordinário. Tratou-se, sim, da importação de mais um dos hábitos em voga na Europa, exercício este bastante difuso na elite brasileira na transição do século XIX para o XX, que pretendia promover no país transformações que configurassem-no como “moderno”, sendo a Europa o parâmetro do que vinha a ser esta “modernidade”. Após a proclamação da república, os novos detentores do poder político no Brasil trataram de consolidar a nova forma de governo. Enquanto isso, a sociedade, às voltas com o crescimento das cidades e o desenvolvimento técnico-científico, foi adquirindo seus hábitos de vida, moldando-os de modo a estarem de acordo com os parâmetros idealizados de modernidade, cada vez mais difundidos nos países.

2.1: As práticas da sociedade brasileira no começo do século XX

Como foi dito no início do capítulo, no começo da república eram escassas as possibilidades de educação no país. Contudo, a perspectiva do poder público em relação à educação foi alterada em meados dos anos 20. O regime republicano, acusado pela classe intelectual de ser conivente com a degradação intelectual em que se encontravam milhões de analfabetos no Brasil, elaborou um amplo projeto que visava dar uma atenção especial a educação em nosso país.

Concomitantemente ao momento em que a república se esforçava em legitimar-se diante da população, a educação no Brasil passou a ser encarada de outra forma pelo governo. Na lógica desta nova perspectiva, a escola veio a adquirir status de importante instrumento, que precisava ser devidamente utilizado, afim de que fosse promovido o progresso no país – tão solicitado pelos vários grupos de intelectuais do país naquele período. Foi promovida então uma reforma educacional nos anos 20, que tinha como pretensões gerais promover uma uniformidade ao país, dotar o Brasil de uma um povo, uma nação, enfim, caracterizá-lo como um conjunto uníssono:

Esse entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo que contamina a produção intelectual do período. Nesse âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los. (CARVALHO, M, 1989, p. 9).

O que se esperava do governo republicano era a promoção da educação brasileira, pois esta seria a grande responsável pela redenção do povo, vitalizando a população pela educação e pela higiene. Este interesse se dava fundamentalmente baseado na crença de que era nas peculiaridades do povo onde estaria a essência da nacionalidade brasileira. Inicia-se, então, um exercício de reflexão sobre o que vem a ser o Brasil.

Paralelamente à promoção da educação no Brasil, também se inicia o estímulo para a prática de esportes. No começo do século XX, os esportes de maior repercussão no Brasil eram o turfe e o remo¹¹. Foi no “São Paulo Athletic Club”, clube da capital paulista fundado por ingleses, onde puderam ser vistas as primeiras práticas do esporte, práticas

¹¹ Daí alguns clubes, hoje reconhecidos por suas atuações no futebol, terem em seu nome alusão às regatas – caso do Clube de Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro.

estas estendidas para outros clubes da elite paulistana, em que seus sócios protagonizaram as primeiras partidas de futebol – “Nobiling Team” e “Associação Atlética Mackenzie” são outros exemplos de clubes pioneiros na prática do futebol. O futebol era então praticado essencialmente pelos jovens sócios destes clubes, que encontravam nesta prática algo como um traço distintivo da elite no Brasil em detrimento de outros elementos da cultura no país, de suposta inferioridade (PEREIRA, 2000, p. 29). Assim como foi dito no capítulo anterior, o momento no Brasil era o da “Belle Époque”, em que a inspiração da elegância e da sofisticação almejados pela sociedade dos grandes centros urbanos tinha a Europa como origem. Elaborado este quadro, nada mais natural que uma atividade originalmente europeia fosse exercitada pela elite brasileira com ares de requinte.

A década de 20 pode ser caracterizada como um período em que se deram grandes transformações na sociedade brasileira como um todo, em especial nas cidades de médio e grande porte. A partir dos ideários de transformação e modernização em voga à época, rupturas e mudanças em vários âmbitos foram feitas: na política, no plano social, no cotidiano da população, nas artes e nas novas percepções estéticas que surgiram (VELLOSO, 2003). No que diz respeito ao futebol, os intelectuais do Brasil à época não foram unânimes quanto a pertinência de sua prática no país, e questionavam até que ponto o futebol seria “assimilável” pelo brasileiro, em razão da forma de ser deste, que em pouco lembrava a do europeu, lugar onde o futebol originou-se. É importante frisar que, neste momento, embora o futebol ainda fosse praticado majoritariamente nos grandes clubes de elite, já havia um interesse pelo esporte que extrapolava os muros destes clubes. Esta dicotomia, em alusão não só ao futebol, mas sobre tudo o que poderia ser caracterizado ou não como “brasileiro”, pode ser medida através de um importante evento ocorrido em São Paulo durante este início de século: a Semana de Arte Moderna de 1922, clímax do

movimento modernista brasileiro, sem dúvida um dos momentos mais criativos e revolucionários da cultura brasileira até hoje.

O termo “modernidade” não surgiu na década de 20. Ainda nos tempos de Império, um movimento literário organizado por alguns intelectuais no Brasil foi tomando corpo¹², não só com o intuito de fortalecer o conceito do que afinal de contas viria a ser a “modernidade”, mas também criar uma elaboração sobre o Brasil e seu povo, buscando criar elementos próprios de uma suposta nacionalidade brasileira, e saber, enfim, quais seriam as características que, num plano internacional, serviriam para deferir o Brasil diante de outras nações.

O nacionalismo foi um fenômeno surgido na Europa em fins do século XIX, num momento de triunfo da ideologia burguesa no cenário capitalista mundial. Encarado por alguns teóricos como consequência da democratização promovida na esfera política, o nacionalismo buscava um campo de identificação semelhante entre as pessoas, para que estas, a partir de um referencial em comum, estivessem aptas a uma mobilização coletiva de grandes proporções, que pudesse inclusive ser utilizada para fins políticos. A partir desta definição, surgem algumas conceituações. Este “referencial comum” que circunscreve algumas pessoas numa determinada condição tempo-espacial e exclui outras, nada mais é do que a “nação”. O apelo promovido entre as pessoas com sua nação é denotado como “identificação nacional” por Eric J. Hobsbawm, que em sua abordagem sobre nacionalismo e identidade nacional diz o seguinte:

(a identificação nacional foi difundida) em quatro aspectos: [...] o surgimento do nacionalismo e do patriotismo, como ideologia encampada pela direita política [...], a pressuposição [...] de que a autodeterminação

¹² Esse movimento literário, surgido durante a década de 70 do século XIX, foi denominado pelo historiador José Veríssimo de “modernismo”. O grupo de intelectuais que participou deste movimento (Tobias Barreto, Silvio Romero e Capistrano de Abreu eram alguns deles) ficou conhecido como a “geração de 1870”. Trata-se, portanto, de uma movimentação distinta à dos intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922.

nacional [...] aplicava-se não apenas a algumas noções que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, política e cultural, mas a todo e qualquer grupo que reivindicasse o título de 'nação' [...] O terceiro era a tendência progressiva para admitir que a 'autodeterminação nacional' não podia ser satisfeita por qualquer forma de autonomia inferior à plena dependência do Estado [...] Finalmente, havia a nova tendência pra definir uma nação e termos étnicos e especialmente em termos de linguagem. (HOBSBAWM, 1988, p.206, parênteses nosso).

Sobre a grande difusão que as premissas definidoras do nacionalismo atingem, o mesmo autor acrescenta:

Havia agora 'movimentos nacionais' não apenas entre povos até então considerados não-históricos (ou melhor, que jamais antes haviam possuído um Estado independente, uma classe dominante ou uma elite cultural), tais como os finlandeses e os eslovacos, mas entre os povos sobre os quais quase ninguém, a não ser entusiastas de folclore, havia sequer pensado, como os estonianos e macedônios. (HOBSBAWM, 1988, p. 207).

Os primeiros ecos do nacionalismo no Brasil puderam ser percebidos nos esforços por parte de alguns dos intelectuais, a partir da geração de 1870, em encontrar uma forma que pudesse caracterizar o brasileiro por meio de um traço distintivo, que lhe fornecesse uma singularidade em relação a outros povos. . Sob a ótica do darwinismo social, a visão pessimista da nacionalidade, associada a idéias como "atraso" e "inferioridade étnica" em relação ao europeu, era a que predominava – e o grupo de intelectuais consagrados pela historiografia com "a geração de 1870" foram os primeiros impulsionadores de uma nova forma de pensar o brasileiro.

A Primeira Guerra Mundial, travada na Europa entre 1914 e 1918, teve repercussões em todo o planeta. No Brasil, trouxe como consequência a necessidade por parte dos intelectuais brasileiros em intensificar o exercício de reflexão sobre o Brasil, deixando de lado o referencial europeu:

A Primeira Guerra teve, entre outras conseqüências, a derrocada da crença do progresso e na paz como valores assegurados do mundo ocidental. O conflito produziu uma distinção entre a Europa, representante da velha civilização decadente, e a América, espaço da nova civilização e do futuro. Se o Europa estava decadente, o futuro deveria estar na América, no novo continente. Foi seguindo essa premissa que se partiu em busca do futuro e se tornou necessário repensar o Brasil (OLIVEIRA, 2003, pp. 326-327).

Paulatinamente, a visão pessimista definidora do brasileiro foi dando espaço a uma outra interpretação. A miscigenação étnica promovida na formação cultural, outrora encarada como fator depreciativo, começou a ser trabalhada pelos intelectuais como um fator de originalidade do brasileiro em relação a outros povos. O que se esperava dos intelectuais brasileiros nesse período era que eles conseguissem desvendar quais seriam as características distintivas do nacionalismo brasileiro e, a partir disso, elaborar conceitos que estivessem de acordo com o pensamento científico do período. Este período “embrionário” do nacionalismo no Brasil, onde também foram elaborados os primeiros pensamentos sobre o que viria a ser o “moderno” (período este em que era forte a preocupação por parte dos intelectuais com a educação no Brasil e como esta seria importante para contribuir com o desenvolvimento da nação), é definida por Mônica Pimenta Velloso da seguinte forma:

O período entre 1870 e 1914 deve ser compreendido como a preparação do terreno para a modernização conservadora que marcaria a década de 1930. Se nessa geração de intelectuais é forte a tônica autoritária quanto à percepção de organização social, é inegável, também, a presença de uma sensibilidade modernista. (VELLOSO, 2003, p. 356).

Diante destas informações, percebe-se que a Semana de Arte Moderna de 1922 não foi o primeiro momento em que termos como “nacionalismo”, “identidade” nacional”, “brasilidade” e “moderno” foram problematizados. No entanto, é inegável a contribuição que artistas, pensadores e intelectuais como Oswald de Andrade, Luís Aranha, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida, Ribeiro Couto, Mário de Andrade, Plínio Salgado e Agenor

Barbosa deram para que o Brasil tivesse elaborado, por seus próprios pensadores, principalmente através da literatura e das artes plásticas, idéias específicas a seu respeito, afim de configurar uma unidade e um traço peculiar à nação (SEVCENKO, 1992, p. 270).

Com o intuito artístico de alinhar o Brasil às estéticas vanguardistas européias, os modernistas propuseram o auto-conhecimento do país, afim de que o “mimetismo cultural” fosse abolido e o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento expostos, para que assim se buscasse uma solução a estas mazelas. Alguns dos anseios modernistas são elaboradas logo no início do Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade:

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupy, or not tupy that is the question (ANDRADE apud BRACCIALI, 2003, f. 62).

Para os modernistas, o futebol poderia ser absorvido através da “antropofagia cultural”, com o povo brasileiro deglutindo o “vindo de fora” e transformando em algo devidamente adaptado às peculiaridades da cultura e do povo. Como fica posto ao longo do Manifesto Antropofágico, os modernistas estavam comprometidos com uma discussão ligada a temas que tratassem do nacional, temática pouco explorada até então. Para tanto, trataram de elaborar um arquétipo do que viria a ser o brasileiro para a partir deste arquétipo elaborar os traços do que viria a ser o “nacional”. Tratou-se, portanto, de elaborar um protótipo sobre a nacionalidade a partir do interior, aludindo a personagens entendidos como tipicamente nacionais, caso do bandeirante (o desbravador das terras brasileiras), do índio (nativo da terra desde antes da chegada do europeu) e do mulato (este sendo o resultado da mistura étnica promovida na formação do Brasil), e não mais se espelhando no estrangeiro:

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. A idade de ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls (ANDRADE apud BRACCIALI, 2003, f. 63-64).

Entretanto, não eram todos que viam com bons olhos a assimilação do futebol pelos brasileiros. Do outro lado da questão, alguns intelectuais da época manifestavam publicamente a sua descrença em relação à pertinência do chamado “esporte bretão” no Brasil. Dentre as vozes dissonantes estava a do escritor Graciliano Ramos, cuja declaração diz o seguinte sobre sua impressão a respeito da prática do futebol no Brasil:

Mas por que o *football*?

Não seria, porventura, melhor exercitar a mocidade em jogos nacionais, sem mescla de estrangeirismo, o murro, o cacete, a faca de ponta, por exemplo?

Não é que me repugne a introdução de coisas exóticas entre nós. Mas gosto de indagar se elas serão assimiláveis ou não.

Ora, parece-me que o *football* não se adapta a estas boas paragens do cangaço. É roupa de empréstimo, que não nos serve.

... Temos esportes em quantidade. Para que metermos o bedelho em coisas estrangeiras?

O *football* não pega, tenham certeza. (RAMOS apud ANTUNES, 2004, p.24).

Essa discussão sobre como o nacional poderia ser caracterizado, portanto, foi promovida de maneira bastante acentuada pelos intelectuais brasileiros ao longo da década de 20. Com a crescente popularização do futebol, ele foi cada vez mais sendo objeto de análise quanto à sua possível identificação aos valores que norteavam o jeito de ser do brasileiro.

Uma nova perspectiva política iniciada no século XIX adquiriu, nos primeiros anos da República, uma intensidade ainda maior: o fortalecimento de teorias higiênicas, assumindo caráter de ideologia. A cidade do Rio de Janeiro foi palco de várias transformações em torno deste aspecto, que promoveram uma radical transformação na

estrutura da cidade. Incumbido de promover uma reforma urbana na cidade, que fosse reflexo da modernidade, da regeneração do brasileiro e de seu mais novo interesse pelas práticas esportivas, o engenheiro Pereira Passos foi o responsável por, através de reformas promovidas na cidade (a avenida Central e o Pavilhão de Regatas na Praia do Botafogo são os exemplos mais significativos), propiciar uma nova relação do sujeito com o espaço público (SEVCENKO, 1998, p. 570). Nessa perspectiva, a higienização era importante de ser feita não somente em ruas, praças e lugares públicos em geral, mas também deveria ser efetuada no corpo do indivíduo – supostamente degenerado por séculos de inércia e de preguiça. A partir desta premissa, os exercícios físicos passaram a ser cada vez mais incentivados:

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias. Como as metrópoles eram o palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e da mente. (SEVCENKO, 1998, p. 570).

Portanto, na medida em que as teorias higienistas ganharam força, servindo assim de base para as mudanças significativas efetuadas nas grandes cidades brasileiras, a prática de esportes foi tornando-se um hábito. Assim diz Nicolau Sevcenko, sobre a “febre esportiva” que tomava conta das grandes cidades brasileiras no começo do século XX e as conseqüências deste fenômeno no plano social:

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias. Como as metrópoles eram o palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes. Esse amplo processo de transformação comportaria uma alteração crucial no quadro de valores. Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza (SEVCENKO, 1998, p. 571).

Diante deste incentivo à prática dos esportes, cada vez mais em voga nas grandes cidades, os praticantes do futebol começaram a defendê-lo como o esporte ideal para desenvolver as potencialidades físicas do corpo humano, sendo o melhor esporte para que as benesses angariadas através dos exercícios físicos fossem exercitadas como um todo.

Sobre o assunto, diz Leonardo Affonso de Miranda e Pereira:

Defendido por cronistas e *sportmen*, que viam nele o mais fidalgo dos esportes, e praticado nas escolas atentas aos ditames da ciência dos higienistas, o futebol transformava-se, no Rio de Janeiro dos primeiros anos deste século, em um dos principais sustentáculos da educação física da mocidade – assumindo os seus praticantes o papel de principais defensores do *sport* e, conseqüentemente, da robustez física da juventude (PEREIRA, 200, p. 53).

2.2: O futebol: dos clubes de elite aos campos de várzea das grandes cidades.

Simultaneamente à sua forte presença nos clubes de elite das grandes cidades, o futebol ia se inserindo também em outros nichos sociais, como nas classes trabalhadoras. Tomando o ocorrido em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, o momento era de intensificação do processo de urbanização iniciado no começo do século. Uma das conseqüências imediatas deste processo de industrialização foi um crescimento significativo no número de trabalhadores pertencentes aos espaços urbanos, em decorrência do processo de urbanização pelo qual as cidade passavam, cuja característica era, dentre outras, o aumento no número de fábricas instaladas na cidades. Diante dessa situação, o que ocorreu foi o surgimento de vilas e bairros operários. Nestes bairros, a prática do futebol foi bastante difundida. Há quem acredite veementemente na hipótese de que esta inserção do futebol nos bairros operários tenha sido fundamental para que sua disseminação se desse

por toda a cidade. As primeiras manifestações do futebol em São Paulo para além dos clubes de elite foram caracterizadas por Maria Célia Paoli da seguinte forma:

[...] futebol era coisa de homens, discutida nos bares, mas também nas ruas, e assunto familiar nas refeições. Ao que tudo indica, famílias extensas começaram a se aglutinar em torno das associações e clubes que os times organizados geraram. Embora com sedes separadas etnicamente, estes clubes logo começaram a promover bailes aos sábados, e estes promoveram, também, um começo de integração interétnica (PAOLI apud TOLEDO, 1996, p. 18).

O projeto de urbanização da época implementado nos grandes centros tinha como meta disciplinar a ocupação dos espaços públicos e da moradia. Desse modo, o poder público pretendia deixar claro para quais classes sociais eram destinados determinados espaços. Na cidade de São Paulo, por exemplo, as reformas higienistas foram feitas em sua maioria na zona central, afastando os pobres para bairros distantes. Ainda assim, as camadas populares encontravam meios de infringir a norma. Uma das conseqüências desta “infração” foram os campos de várzea que se espalharam pelos bairros operários da cidade. Desse modo, os moradores destes bairros, mesmo distantes das zonas nobres da cidade, podiam organizar, por exemplo, seus próprios torneios de futebol (TOLEDO, 1997). No Rio de Janeiro um processo semelhante ocorria, com fortes indícios de que o esporte atraía cada vez mais a atenção de todo o tipo de gente: na medida em que as apresentações de futebol cresciam na cidade, não raro uma parcela significável de pessoas subiam nos muros dos clubes ou se exprimiam nas sacadas das casas próximas aos clubes para acompanhar as partidas, mesmo não sendo bem-quistos por aqueles que desfrutavam do evento no lado de dentro do clube (PEREIRA, 2000, p. 109).

Para os jovens endinheirados praticantes do futebol, que podiam se dar ao luxo de serem sócios de clubes de elite, a popularização do futebol não era vista como algo que

contribuísse para o desenvolvimento do esporte; além disso, a visão destes jovens era de que estar envolvido no contexto futebolístico significava estar antenado com a sofisticação inglesa – embora na própria Inglaterra, graças à prática do futebol se popularizando nas camadas operárias, o esporte já estivesse longe de ser considerado um traço distintivo da “nobreza” (MURRAY, 2000).

Simultaneamente ao desenvolvimento industrial surge, evidentemente, uma classe operária no Brasil. Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas quanto ao surgimento desta classe nos grandes centros no Brasil. É importante ressaltar que a classe operária não surgiu mecanicamente com a industrialização, ou com a abolição da escravidão. O que cabe ressaltar nesta análise das peculiaridades dos trabalhadores no início do século passado é que houve, na Primeira República, um contexto propício para que movimentos esparsos de organização da classe trabalhadora surgissem. O historiador Cláudio Batalha criou o termo “cultura associativa” para se referir ao caráter de “instituição” que várias formas de sociabilidade foram adquirindo nos primeiros anos do século XX. De acordo com sua definição:

Por cultura associativa entendo [...] o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias. (BATALHA, 2004, p. 99).

Uma vez que pessoas não-pertencentes à elite (caso dos trabalhadores) foram interessando-se pelo esporte e não obtiveram respaldo por parte dos clubes desta elite para tal prática, encontraram na criação de seus próprios clubes uma solução para praticar o futebol. Neste contexto começaram a surgir as primeiras polêmicas no esporte, especialmente no tocante à questão racial: as ligas criadas para promover torneios entre os

clubes de elite deixavam claro, através de atas de assembleias realizadas nos clubes, cláusulas nos contratos ou nas normas de regimento interno, a separação que julgavam ser necessária entre estes clubes e os de “certa classe de jogadores” (PEREIRA, 2000, p. 176). Diante desta perspectiva restritiva, a presença de negros era mal vista, como fica claro numa situação ocorrida às vésperas do time brasileiro disputar o Campeonato Sul Americano de 1919. Ao conceder o auxílio de 50:000\$000 a Confederação Brasileira de Desportos para que a equipe tivesse condições de disputar o torneio, o presidente da república Epitácio Pessoa exigiu uma contrapartida: “a não-ida para o Rio da Prata de jogadores que não sejam rigorosamente brancos” (PEREIRA, 2000, p. 176). Ao ser questionado sobre a discriminação e o preconceito sofrido nos grandes clubes de futebol pelo fato de ser negro, o jogador Leônidas da Silva declarou o seguinte, logo no começo de sua carreira, sobre a possibilidade de transferir-se do modesto Bonsucesso para o soberbo América, ambos clubes cariocas:

O elemento de cor que entra num grande *club* nunca é bem recebido. O único *club* grande que recebe com simpatia esses elementos é o Vasco (...) Mas, nos outros grandes *teams*, o elemento negro não muda de cor. É um negro... Portanto, é melhor ficar onde se é cercado de consideração (“Eu não...” O Globo. Rio de Janeiro. 17/10/1931, apud PEREIRA, 2000, p. 320).

Ainda sobre as restrições, caso o sujeito que pleiteasse a entrada no clube de alguma forma estivesse ligado ao universo do trabalho, ele deveria comprovar que sob nenhuma hipótese seu ofício exigia demasiado esforço braçal – já que a idéia vigente neste período (a escravidão fora abolida há poucos anos) era a de que o trabalho era aviltante (PEREIRA, 2000, p. 168). Esta questão só foi solucionada quando os clubes resolveram profissionalizarem-se de vez (já que nos primeiros momentos a prática do futebol só era

permitida aos sócios), e alguns atletas negros passaram a destacarem-se com suas atuações nos clubes da periferia ou do subúrbio das grandes cidades.

Ao longo dos anos 20, o futebol demonstrou o seu potencial mobilizador na sociedade brasileira. O que parecia amparar o crescimento do futebol no Brasil era a associação feita do esporte à “modernidade”. O esporte não mais podia ser considerado como um hábito distintivo das elites; sua prática já era difundida por vários grupos, várias classes, vários bairros de várias cidades. Foi nesse momento, ao longo do século 20, que o futebol deixou de ser visto como algo fundamentalmente estrangeiro, e passou a ter o caráter de uma prática que, embora oriunda do exterior, estava sendo cada vez mais dominada pelo brasileiro, tanto por ser praticantes (os chamados *sportmen*) quanto por aqueles que, embora não o praticassem, sentiam-se cada vez mais atraídos pelas propriedades do esporte.

O desempenho da seleção e de clubes brasileiros em torneios no exterior, em especial na Europa, demonstrou o enorme potencial aglutinador do futebol em torno da nacionalidade e da identidade brasileira. Essa situação pôde ser constatada na conquista do sul-americano pela seleção brasileira, em 1919, ou na excursão bem-sucedida do Club Atlético Paulistano à Europa, realizada em 1925 (PEREIRA, 2000, p. 155). Essas vitórias serviam como demonstração de que, ao menos neste aspecto, o talento brasileiro poderia se sobrepor à técnica do europeu. Crônicas literárias à época revelam um orgulho baseado na aspiração de igualar-se à Europa: “Talvez em alguma coisa não fôssemos inferiores”, afirmou Décio de Almeida Prado, em alusão às vitórias brasileiras no exterior que marcaram seu imaginário infantil (PRADO, 1997, p. 205). Até mesmo entre escritores pouco apegados às disputas esportivas que movimentavam o Rio de Janeiro na década de 20, esse anseio podia ser percebido, como numa crônica de Bastos Tigre, que, ao comentar

as vitórias do Clube Atlético Paulistano, dizia serem estas vitórias (conquistadas em uma excursão feita à Europa em 1925), “prova cabal de que os nossos compatriotas são capazes, quando o queiram de realizar em dez anos o que para outros foi obra de mais de século” (apud PEREIRA, 2000, p. 303).

Vários esforços foram investidos para que uma prática esportiva, com o potencial de caracterizar o país, fosse adotada. Neste debate, variadas sugestões foram feitas. Grande combatente do futebol no Brasil, dado o caráter estrangeiro do jogo, Graciliano Ramos propunha a assimilação de outros esportes, que teriam verdadeiramente traços distintivos de brasilidade: “Temos esportes, alguns propriamente nossos, batizados patrioticamente com bons nomes em língua de preto, de cunho regional, mas por desgraça estão abandonados pela débil mocidade de hoje” (PEDROSA, s.d., p. 165, apud PEREIRA, 2000, p. 304). De acordo com o escritor, vários outros esportes poderiam cumprir o papel que ele não via o futebol como apto a exercer: o jogo aglutinador e legítimo representante da nacionalidade; a cavalhada, o cambapé, a rasteira ou a capoeira eram, segundo Ramos, boas alternativas ao “esporte bretão”. Entretanto, o futebol seguia cada vez mais popular. Com o governo de Getúlio Vargas, o futebol foi, definitivamente, associado à nacionalidade.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL

A “Revolução de 1930”, como a historiografia se refere ao processo que desbancou o poder dos cafeicultores no cenário político brasileiro, e que culminou com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 3 de novembro, foi o marco de uma nova fase do regime republicano no Brasil (FASUTO, 1997). A partir de então, “começou a se definir um novo interesse nacional orientado pela forte presença do Estado na vida do país e baseado não na oposição ao capital estrangeiro, mas ao regionalismo e às oligarquias” (FRANZINI, 2003, p. 31). Essa redefinição do nacional, por sua vez, lançou as bases de um nacionalismo que se estendeu da política à cultura. Ao comentar o porquê de seu interesse pelo estudo deste período histórico, e acabar elaborando sua visão sobre os fatos, diz Boris Fausto:

Escolhi o movimento revolucionário de 1930 como objeto de análise porque me pareceu estratégico no sentido de fornecer elementos para demonstrar a inconsistência do modelo consagrado e para se propor outro tipo de explicação. Isso, por duas razões especiais: primeiro, trata-se do episódio que põe fim à República Velha, e a oposição fundamental latifúndio/ burguesia – se verdadeira – aí estaria presente em toda sua extensão; segundo, o tenentismo desempenha nele um papel importante, e as insurreições tenentistas, mais do que qualquer outro movimento militar, têm sido reduzidas à ação política das classes médias (FAUSTO, 1997, p. 8).

Os anos 30 foram “um eixo e um catalisador” e acabaram por desencadear uma série de “movimentos que procuraram unificar, em torno da nação (ou de sua idéia), práticas, valores e manifestações que até então tinham seu vigor apenas no âmbito regional” (FRANZINI, 2003, p.31). A partir de então, as manifestações populares serão encaradas como nunca o foram, recebendo especial atenção por parte do governo e dos intelectuais. Nesse movimento, o futebol foi das manifestações que mais despertaram interesse.

3.1: O Governo Vargas: elementos populares atrelados à noção de “brasilidade”.

A década de 30 marcou o início do processo de incorporação e institucionalização da visão sobre a prática do futebol por parte do Estado. O governo de Getúlio Vargas adotou a postura de intervir na cultura para disseminar uma imagem moderna do país. Surge aqui também a idéia de “cultura de massa”:

A sociedade de massas fez sua entrada no cenário mundial durante o século XX. As multidões se tornaram visíveis e passaram a fazer parte da sociedade e a contar. As grandes transformações sociais estiveram, assim, marcadas pela incorporação das massas, que se tornaram eleitoras e consumidoras. Sociedade moderna passou a ser identificada como sociedade de massas (OLIVEIRA, 2003, p. 325).

O Brasil do samba, da mulata, do carnaval, do malandro e outros tantos arquétipos de brasilidade ainda hoje em voga em nossa sociedade surgiram nesta época. A idéia foi captar estes elementos de forte apelo cultural vigentes no país desde o início do século e aliá-los à idéia de “país moderno”. Foi assim que o ideário modernista foi convertido em política de governo, e o Estado passou a intervir na cultura como nunca o fizera. Sérgio Miceli, sobre como se desenvolveu a relação entre cultura e política nos anos 30 e sua atuação, presente inclusive nos dias atuais, diz:

Instaura-se uma situação de dependência material e institucional que passa a determinar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público cujos subsídios sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, e definem o volume de ganhos de parte a parte (MICELI, 1979, p. 158).

Em seu livro “O mistério do samba”, Hermano Viana sintetiza qual era o intuito governamental à época:

Toda a movimentação política e cultural posterior à Revolução de 1930 parece indubitavelmente centralizadora e unificadora, nacionalizante e homogeneizadora. (O intuito era) encontrar determinados traços culturais

que pudessem ser aceitos, pelo maior número de ‘patriotas’ como aquilo que existe de mais ‘brasileiro’ em seu país (VIANNA, 1995, p. 127, parênteses nosso).

Ainda seguindo a idéia de que seria a ação do governo e da classe intelectual brasileira que redimiria o povo brasileiro (idéia esta, como já foi visto, presente desde os primeiros momentos da república no Brasil), a atuação dos intelectuais durante o Estado Novo foi intensa:

A ideologia do Estado Novo – ao pretender juntar novo e nacional, modernização e tradição – construiu uma cultura política na qual os intelectuais tiveram um papel de destaque. Não por acaso seus intelectuais procuraram estabelecer uma relação direta entre a revolução modernista de 1922 e o Estado Novo, recuperaram a denúncia à cópia dos anos 1920, retomaram a descoberta do Brasil realizada pelos modernistas de 1922. Nesse processo os intelectuais do Estado Novo desenharam o Estado como tutor, como pai ante uma sociedade imatura, que necessitava ser orientada (OLIVEIRA, pp. 327-328).

O futebol foi mais um dos elementos utilizados por Vargas como capaz de atrair a atenção do povo brasileiro e criar a identificação deste com sua “nação”. Tantos os jogos disputados no país quanto as atuações da seleção brasileira no exterior atraíam grande atenção do público. É neste período em que o futebol sai do amadorismo e passa a ser institucionalizado:

Os anos 30 são um momento decisivo na relação entre o futebol e a sociedade brasileira. Enquanto o meio político-cultural começa a redefinir as concepções acerca do ‘nacional’, a popularidade do futebol é impulsionada tanto pelo desenvolvimento do rádio como meio de comunicação de massa quanto pela oficialização do profissionalismo dos jogadores, fato este que transforma o jogo em trabalho. O futebol, assim, estabelece-se como um meio de integração e ascensão sócio-econômica para as camadas populares - historicamente excluídas -, bem como torna-se um dos elementos que viriam a caracterizar a identidade nacional brasileira (FRANZINI, 1997).

O futebol já podia ser entendido como popular e mobilizador antes da década de 30; o que aconteceu a partir do governo de Vargas foi a utilização deste esporte de intenso apelo junto ao povo pelo Estado como meio para que se atingisse “as massas”, com a nítida posição do governo em acampá-lo e institucionalizá-lo.

Além disso, o pensamento nacionalista vigente no Brasil à época procurava destacar as especificidades do brasileiro, valorizando-as. A polêmica acerca da pertinência do “esporte bretão” em terras brasileiras foi encerrado na década de 30. Assim, não restavam dúvidas sobre a capacidade do brasileiro em incorporar algo “de fora” e configurá-lo para sua cultura, a ponto deste elemento exógeno ser tido como um dos grandes valores de sua “nacionalidade”, criando uma forma própria de lidar com este elemento – forma esta, no caso do futebol, tida inclusive como superior a de seus criadores. Esperava-se, além do coroamento do *estilo de jogo brasileiro*, a valorização da *raça brasileira*, que seria a síntese de várias culturas e diversas nacionalidades, e da democracia racial, debatida por intelectuais em meados da década de 30:

O prestígio que o futebol conseguira arduamente firmar servia, naquele momento, como uma prova de ausência do conflito racial no esporte carioca e na própria nação – transformando o futebol em um terreno fértil para a consolidação das teorias que iam fazendo do Brasil uma grande democracia racial (PEREIRA, 2000, p. 334).

Um dos grandes ícones desta discussão sobre o quais seriam as peculiaridades distintivas do jeito de ser do brasileiro está representado no livro “Casa-Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, onde o sociólogo faz uma defesa da miscigenação de raças promovida na história do Brasil, e que justamente nesta “mistura” estaria a grande vantagem do Brasil diante dos outros povos; aliás, o futebol era para Freire mais uma das áreas na qual o

brasileiro se sobressairia diante os demais, graças a esta mistura. (FILHO, 2003, p.292 e 305).

O rádio foi um importante aliado para popularização do esporte. Na verdade, o rádio foi um importante aliado do Estado Novo, para que se realizasse o exercício de “difundir nacionalmente suas pregações unificadoras” (VIANNA, 1995, p. 109). No que diz respeito ao futebol, o fator rádio foi de extrema importância, visto que, uma vez o número de interessados no esporte serem bem superiores ao que comporta um estádio, seu apelo diante do grande público deveria ser feito também por outros meios (e o rádio, na década de 30, era o melhor meio para fazê-lo em grandes proporções). Através de suas transmissões ao vivo, os locutores transformaram-se em importantes figuras para que o esporte fosse acompanhado por um grande número de pessoas, sempre numa linguagem abrangente, capaz de ser de fácil percepção ao homem comum (VIANNA, 1995, p. 109).

À época, uruguaios e italianos disputavam a soberania internacional do esporte; a conquista do bicampeonato olímpico no começo do século pelos uruguaios e o trunfo da equipe italiana na Copa de 1938 – para a alegria de Benito Mussolini, também interessado em atrelar as conquistas do esporte italiano a seu governo – são exemplos de tal domínio. As equipes latino-americanas disputavam o torneio com uma perspectiva de superação: vislumbravam, nesta disputa com a Europa, uma possibilidade de, ao menos em alguma esfera, serem reverenciados por sua superioridade – visto que em campos como economia, educação ou industrialização, tal vislumbre em comparação à Europa adquiria possibilidades escassas de sucesso (ANTUNES, 2004).

3.2: Copa do Mundo de 1938: o futebol como fator de identidade nacional.

A Copa do Mundo de 1938 foi um evento pioneiro no futebol brasileiro. Antes de serem tratadas suas especificidades, e o porquê dela ter sido percebida de uma forma diferenciada pelo povo brasileiro em relação aos torneios anteriores, seguem alguns comentários sobre as primeiras Copas do Mundo de futebol, como se deu a participação brasileira nas primeiras Copas do Mundo e quais foram as especificidades que marcaram a situação do futebol no país ao longo da década de 30.

A primeira Copa do Mundo de futebol foi realizada em 1930. A Fifa, entidade que até os dias de hoje é responsável por organizar o Campeonato Mundial, aceitou o pedido do Uruguai em sediar o torneio naquele ano; entretanto, poucos países da Europa mandaram representantes, talvez por conta da crise econômica global no período. Os anfitriões se sagraram campeões, com uma vitória de 4 a 2 na final, contra os argentinos. A participação brasileira neste torneio foi modesta: uma derrota na estréia para a Iugoslávia, por 2 a 1, e uma vitória diante dos bolivianos, por 4 a 0, que com a combinação de outros resultados acabou por ser insuficiente para que o time avançasse para a fase final (“Aventura...”, 2006, p. 9).

Nessa primeira Copa do Mundo, o que mais rendeu polêmica foram as conseqüências da rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo, os dois principais pólos de atletas do país. Talvez essa disputa não tenha sido mais que uma reverberação das discussões travadas entre os intelectuais ao longo dos anos 20 sobre qual das cidades estaria apta a encabeçar a nação rumo ao futuro. O imbróglio começou quando a CBD (Confederação Brasileira de Desportos), sediada no Rio, ignorou pedido da APEA (Associação Paulista de Esportes Atléticos) em relacionar um representante paulista na

comissão técnica da equipe. A reação da entidade paulista foi vetar a participação de seus atletas na equipe brasileira que participaria da primeira Copa do Mundo. Com isso, mais da metade do time foi desfalcado, e o país teve que levar um time sem representantes paulistas para o torneio no Uruguai (FRANZINI, 2003, p. 46).

Na segunda Copa do Mundo, realizada em 1934, na Itália, a polêmica se deu em outro aspecto. O futebol, cada vez mais popular, ampliava cada vez mais seu campo de repercussão. A imprensa do período (jornais, revistas, rádios) serviu não só como incentivadora da prática do esporte, como também foi uma importante divulgadora das partidas que aconteciam, tanto de disputas da seleção brasileira quanto de jogos amadores, conhecidos como jogos “de várzea”:

Tamanha dedicação certamente levava em alta conta o potencial do imenso mercado aberto pela popularização do futebol. Aproximar-se do jogo significava atrair mais leitores para o jornal e, conseqüentemente, a possibilidade de aumentar suas vendas. Ao mesmo tempo, a produção e circulação desse noticiário contribuía para difundir e aumentar ainda mais as propensões ao esporte bretão. Estabelecia-se, assim, uma relação de reciprocidade entre a imprensa e a bola. (FRANZINI, 2003, p.53).

Diante do alto grau de inserção que o futebol foi adquirindo na sociedade brasileira, cada vez mais os clubes, interessados nessa popularidade que o futebol poderia alçá-los, preocupavam-se com o desempenho de suas equipes nos torneios. Diante dessa demanda, o que começou a ser criado foi um “profissionalismo velado” do futebol: na teoria, os jogadores estavam ali por conta de um interesse particular na prática esportiva; na prática, o que acontecia era que os dirigentes dos clubes barganhavam com os jogadores para formarem equipes vitoriosas:

Cada vez mais, a necessidade de vitórias era questão de sobrevivência para os clubes, que se pegavam obrigados a atrair os melhores jogadores para os seus quadros, única forma de mandar a campo ‘a turma que soubesse vencer’. Isso não apenas implicou o estrequecimento das barreiras econômicas, sociais e raciais que definiam um ‘perfil ideal’ para

os atletas, como disseminou por praticamente todos os clubes atitudes como a oferta de dinheiro e outras vantagens para aqueles que viessem a vestir sua camisa. A suposta essência do esporte, o amadorismo, era solapada pela realidade (FRANZINI, 2001, p. 61).

Na Copa de 1934, a polêmica se deu justamente por conta da profissionalização do esporte. Um compromisso entre associações do Rio e de São Paulo por reconhecer esta profissionalização teve como resultado a FBF (Federação Brasileira de Futebol). Contudo, a CBD reiterou seu caráter de promoção do esporte amador, chocando-se assim com a postura da FBF (FRANZINI, 2003, p. 65). Assim, o conflito na Copa de 34 foi a não-cessão dos jogadores profissionais da FBF para disputarem o torneio com a equipe montada pela CBD. Formada em sua maioria por amadores, a equipe brasileira que foi disputar o torneio na Itália fez apenas uma única apresentação: derrota de 3 a 1 frente aos espanhóis (“Itália apela...”, 2006, p.11).

Apesar do desempenho pouco empolgante da seleção nas Copas do Mundo, o futebol continua a exercer grande fascínio no brasileiro: uma prova disso é o crescimento, no início do século, da imprensa especializada em futebol. As vitórias sobre equipes de outros países passaram a servir de justificativa para associações diretas destas conquistas ao que de mais íntimo e peculiar teria o brasileiro – como se na esfera do futebol, não existisse para o brasileiro concorrente à altura (ANTUNES, 2004).

A expectativa criada em torno da atuação da seleção brasileira na Copa de 1938 foi grande, visto que aquela seria a primeira vez em que um selecionado brasileiro disputaria uma Copa com sua força máxima. Com isso, tanto jogadores paulistas quanto cariocas estariam presentes na equipe; os conflitos entre federações de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre a pertinência ou não da profissionalização do esporte, seguidos de boicotes ao time nacional, foram cessados. O fato foi que com a profissionalização do futebol, toda

espécie de cláusula impeditiva outrora imposta por clubes (e que também eram válidas na seleção) foi por água abaixo. A consequência mais significativa desta transformação foi que, dali em diante, atletas negros também pudessem atuar em clubes e na seleção. Diante de todas estas transformações, a equipe era considerada uma verdadeira seleção, pois era enfim composta por grande parte dos elementos regionais e étnicos que representavam o povo brasileiro:

Desta vez não era mais São Paulo ou o Rio de Janeiro, nem partidários do amadorismo ou do profissionalismo, mas sim toda a sociedade brasileira a perceber na Copa do Mundo, por ser um momento extraordinário dentro da rotina do futebol, uma ocasião privilegiada para a afirmação das diferenças de um povo frente a outros, bem como para promover a auto-identificação entre os habitantes de um mesmo país (FRANZINI, 2003, p. 70).

A Copa de 1938 foi a que consolidou a relação entre o governo de Getúlio Vargas e o futebol. O governo concedeu 200:000\$000 como subsídio à delegação brasileira que foi para a França disputar o mundial (PEREIRA, 2000, p.336). Vários países deixaram de participar do torneio por conta da situação geopolítica na Europa, às vésperas do que seria a Segunda Guerra Mundial: a Espanha estava em guerra civil; a Alemanha havia anexado a Áustria ao seu território; a Abissínia acabara de ser invadida pela Itália. Outros países não enviaram representantes por discordâncias com a organização do evento, caso de Uruguai, Inglaterra e Argentina, esta última preterida como sede do torneio para que a França o fosse (“Itália de...”, 2006, p. 13).

A estréia do Brasil no torneio se deu com uma vitória de 6 a 5 sobre a Polônia (“Difficil...”, 1938, p. 1), resultado este que causou empolgação tanto na população quanto no governo, como se percebe no telegrama enviado por Gustavo Capanema (ministro da Educação e homem-forte do governo Vargas), após o jogo contra os poloneses: “O jogo dos

brasileiros contra os poloneses dá a medida da nossa gente: dureza e agilidade no corpo e ainda impressionante resistência moral” (apud PEREIRA, 2000, p. 336).

Depois, dos jogos contra a Tchecoslováquia: um empate em 1 a 1 e uma vitória de 2 a 1, que credenciou o time para a próxima fase do torneio. A euforia entre a população diante dos resultados positivos era cada vez maior, e o título, cada vez mais tido como certo (“Todo...” 1938, Primeira Página).

Nas semifinais, o time brasileiro enfrentou a Itália e perdeu, por 2 a 1, com um pênalti a favor dos italianos – e altamente contestado pelos brasileiros – sacramentando a vitória da “Azzurra”¹². O resultado desta partida adquiriu caráter de catástrofe no país. A forma como a notícia repercutiu no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, então capital federal, foi registrada por Getúlio Vargas, que em seu diário anotou:

Despacho com os ministros militares. Não houve audiências. O jogo de *football* monopolizou as atenções. A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se se tratasse de uma desgraça nacional (VARGAS, 1995).

A reação imediata da população foi uma indignação diante do resultado, que mais tarde deu lugar a uma contundente contestação. Membros da comissão técnica verificaram diante da FIFA qual a possibilidade da partida ser anulada – os brasileiros alegaram que um erro da arbitragem na interpretação do pênalti a favor da Itália fora decisivo no resultado (“Por um...”, 1938, p. 1). A repercussão da derrota brasileira nas semifinais da Copa de 38 foi grande, tomando conta de debates acalorados pelo país. Prova disso foi o editorial do “Diario de S. Paulo” de 17 de junho de 1938 (dia seguinte ao da derrota brasileira), assinado por Assis Chateaubriand. Sob o título de “Volupia de acção e

¹² Alcinha pela qual foi designada a seleção italiana na Copa de 1934, na Itália, e que permanece popular até os dias de hoje.

belleza”, o jornalista comentou como que, segundo ele, o povo brasileiro deveria encarar o resultado adverso de seu time de futebol na França:

Devemos ser esportivos, antes de tudo esportivos, muito esportivos, sempre cada vez mais esportivos. Não nos vamos matar para concluir quem venceu. Ponhamos de lado o *goal* feito, o *goal* vazado, pra fixar a segurança da técnica, para considerar a perfeição do jogo e a virtuosidade dos quadros em ação. O que é esportivos não é saber quem ganhou o campeonato, senão quem melhor se bateu, quem provou maior habilidade, mais destreza, mais *fair play*. Tal a essência do jogo esportivo, como nota profunda da alma do homem que a ele se entrega. Quem abraça o esporte tem que descer à arena de pluma branca, em beleza. Não se compreende um esportista que não sabe perder; como por outro lado é intolerável a ansia do que só se dispõe a ganhar. No jogo ganha-se e perde-se. E perder e ganhar é da natureza do que corre o risco, do que renunciou á vida comoda pelo prazer da ventura (“Volupia...”, 1938, Primeira Página).

Apesar da pressão da comissão técnica brasileira, o resultado foi mantido, e coube ao Brasil disputar – e vencer – a disputa pelo terceiro lugar: 4 a 2 sobre a Suécia (“Itália...”, 1938, p. 2). A repercussão que esta Copa teve no país, nos mais diversos âmbitos sociais, são prova de que o futebol passara a ser assunto da mais alta relevância para o brasileiro:

Os reflexos sociais da bela campanha realizada pela seleção na Copa do Mundo de 1938 demonstraram que o futebol alcançara no Brasil seu reconhecimento como esporte nacional, no sentido tanto geográfico quanto simbólico-imaginário do termo. O terceiro lugar [...] trazido de terras distantes, juntou-se ao título do Campeonato Sul-Americano de 1919, a primeira grande conquista do país nos gramados, e começava-se assim a se formar o panteão das glórias futebolísticas brasileiras (FRANZINI, 2001, pp. 85-86)

Ao regressarem da disputa da Copa na Europa, os jogadores brasileiros foram recebidos com grande euforia ao retornarem para o país. Domingos da Guia e Leônidas da Silva, dois dos principais destaques do time, foram alçados a grau de ídolos nacionais. O

fato destes jogadores serem negros diz bastante sobre a imagem que se pretendia associar do futebol com o nacionalismo:

O sucesso alcançado por Leônidas e Domingos ganhava, assim, uma explicação clara. Expressões máximas de um “estilo nacional” que enfim diferia o modo como o futebol era jogado no Brasil da forma pela qual ele era praticado em outros países, eles encaixavam-se com perfeição nas imagens nacionais buscadas, desde a década de 1920, por pensadores como Graciliano Ramos e Gilberto Amado. Símbolos de um novo tipo de nacionalismo, que se afastava cada vez mais tanto do orgulho experimentado pelos torcedores no sul-americano de 1919 quanto do civismo patriótico de Coelho Neto para transformar-se em uma substância que igualaria todos os brasileiros, esses jogadores eram transformados em imagens harmônicas e articuladas da própria nação. Como resultado desse processo, finalmente começavam a se firmar em publicações diversas a troca das pomposas expressões inglesas associadas ao jogo por termos abasileirados, como “futebol”, “esporte” e “treinadores” (PEREIRA, 2004, p. 343).

As principais cidades do país fizeram festa para receber os atletas. Grandes carreatas foram organizadas em Recife (“Recife...”, 1938, p. 2), no Rio de Janeiro (“Leônidas...”, 1938, p. 2) e em São Paulo (“Carregados...”, 1938, p. 1). A maneira como Leônidas da Silva, artilheiro da Copa, passou a ser tratado após o evento, é significativa para termos em mente a grande repercussão que a Copa do Mundo de 1938 teve no Brasil. O jogador teve sua fama alçada a um grau elevadíssimo: era solicitada sua presença em eventos das mais distintas procedências, desde eventos oficiais com o presidente Getúlio Vargas até populares programas de rádio (“Leonidas encantado...”, 1938, p. 2). A imagem do jogador, posta como personificação da “raça” nacional, não foi utilizada somente pelo governo; a publicidade, atenta ao fenômeno de popularidade do jogador, não deixou por menos, e passou a solicitar a imagem do atleta para associá-la aos mais variados produtos, de cigarros à doces – no caso deste, o “Diamante Negro” (como era conhecido Leônidas) serviu para dar nome a um chocolate ainda hoje popular no Brasil (“Será lançado...”, 1938, p. 3). Este é um exemplo categórico que demonstra a notoriedade que atletas, clubes e

partidas de futebol alcançaram no final dos anos 30, sendo a Copa do mundo de 1938 impulsionadora desta popularidade. A partir daí, sempre que a identidade nacional brasileira fosse analisada, o futebol seria elemento importantíssimo a ser considerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol foi importado da Europa para o Brasil no final do século XIX, e teve seus primeiros momentos de prática no país protagonizado por jovens da elite brasileira que, naquele momento, viam em sua prática um traço distintivo de si mesmos em relação ao restante da sociedade brasileira. Essa prática se dava também com o intuito de caracterizar este exercício como sendo a exaltação de um hábito de vida europeu, exaltação esta então bastante almejada pela elite brasileira naquele momento, consagrado como o período da “Belle Époque” no Brasil (NEEDEL, 1993).

Gradualmente, o futebol foi atraindo a atenção dos que estavam excluídos do restrito vínculo de relações mantida pelos clubes de elite das grandes cidades brasileiras. Concomitantemente ao processo de industrialização destas cidades, o que se percebeu ali foi um fenômeno de intensificação da prática do esporte nos bairros industriais, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foi assim que o futebol foi angariando mais adeptos para sua prática e mais espectadores para acompanhá-lo também como evento de sociabilização.

A Primeira Guerra Mundial trouxe como uma de suas principais conseqüências a descrença em relação aos valores europeus de promoção da ordem, do progresso e da ciência como garantias de paz. A Europa foi tida como decadente e a América, o novo continente, seria o lugar onde novas perspectivas em relação ao mundo que se vivia poderiam ser promovidas (OLIVEIRA, 2003, pp. 326-327). Diante deste quadro, tornou-se necessário repensar o Brasil. É nesse contexto que ganha força o modernismo no Brasil, disposto a criar novas referências para a nação. No debate sobre o que viria a ser “moderno” e “nacional” ocorrido nos anos 20, não houve um consenso entre os intelectuais brasileiros sobre a pertinência da prática do futebol na sociedade brasileira. Enquanto os

modernistas defendiam a inserção do futebol na sociedade brasileira, via antropofagia, intelectuais como Graciliano Ramos viram no futebol um elemento exógeno que pouca contribuição poderia dar para a formação do povo brasileiro (ANTUNES, 2004, pp. 23-24).

Os anos 30 foram um momento decisivo para o futebol no Brasil. Sua popularidade chegou a tal ponto de não caber mais discussão se o “esporte bretão” seria assimilável ou não pelo brasileiro. Nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, torneios foram organizadas, clubes outrora tachados de “industriais” (e que foram de início aliados das principais competições) já participavam dos principais torneios organizados pela liga dos principais clubes de cada cidade, e a profissionalização do futebol, tema polêmico principalmente nos grandes clubes, foi aos poucos sendo assimilada. O futebol adquiria cada vez mais adeptos para sua prática, e cada vez mais interessados em acompanhá-lo, fosse a vivo nos estádios, nas transmissões de rádio ou na imprensa esportiva – que diante deste fenômeno de popularização do futebol, crescia cada vez mais (FRANZINI, 2003, pp. 52 a 56).

No campo intelectual brasileiro, a discussão da década de 30 era sobre a definição da brasilidade. A questão a ser respondida era quais seriam afinal de contas as características peculiares que, num plano global, diferenciavam o brasileiro em relação ao europeu, a outros povos, a outras nações. Diante da tese de que a mistura promovida no período colonial brasileiro entre portugueses, índios, e negros seria um fator enaltecedor e não depreciativo do povo brasileiro (FREYRE, 1961), o time convocado para a disputa da Copa do Mundo de 1938 era visto como legítimo representante da “raça” brasileira, (terminologia bastante em voga no período), por ser formado por atletas de várias regiões do país, de diferentes etnias, das mais variadas posições sociais, econômicas e culturais. Era aquele time, portanto, representante legítimo de toda a diversidade contida no povo

brasileiro. O governo Vargas, percebendo o apelo mobilizador e popular do futebol, não menosprezou sua popularidade junto ao grande público: à medida em que as vitórias foram surgindo, Vargas, não tardou em incentivar esforços governamentais para que o time fosse visto pelo brasileiro de uma forma geral como sintentizador da brasilidade, promotor do nacionalismo e estimulador da identidade nacional. A Copa do Mundo de 1938 pode ser encarada como a emblematização de um fenômeno que se consolidara no Brasil: a popularização do futebol e a utilização deste como meio de catálise da identidade nacional brasileira.

FONTES

“Enfrentando a Polónia o Brasil estreia, hoje, no Campeonato Mundial de Futebol”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 05/06/1938, Segunda Seção, p. 1.

“Difficil mas convincente victoria assignalou a estreia dos brasileiros no Campeonato Mundial de Futebol”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 07/06/1938, Segunda Seção, p. 1.

“Todo o Brasil empolgado pela magnifica victoria de hontem, em Bordéos”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 15/06/1938, Primeira Página.

“Por um tiro livre venceram os futebolistas italianos”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 17/06/1938, Segunda Seção, p. 1.

“Volupia de acção e beleza”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 17/06/1938, Primeira Página.

“Italia, Hungria e Brasil conquistaram respectivamente os tres primeiros postos do Campeonato Mundial de Futebol”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 21/06/1938, Esportes, p. 2.

“Recife acolhe entusiasticamente os defensores do Brasil no Campeonato Mundial de Futebol”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 09/07/1938, Esportes, p. 2.

“Leonidas entusisticamente ovacionado no Rio”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 12/07/1938, Esportes, p. 2.

“Carregados em triumpho os paulistas que tomaram parte no Campeonato Mundial”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 14/07/1938, Segunda Seção, p. 1.

“Será lançado finalmente hoje o chocolate ‘Diamante Negro’ – o chocolate dos ‘Cracks’ e o ‘crack’ dos Chocolates”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 16/07/1938, p. 3.

“O Sr. Getulio Vargas pronunciou em Ribeirão Preto importante discurso sobre o problema do café”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 22/07/1938, Primeira Página.

“Leonidas encantado com a recepção que o povo paulista hontem lhe tributou, a sua chegada a esta capital”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 26/07/1938, Esportes, p. 2.

“Os escolares e esportistas desfilaram ante-hontem perante o chefe da nação”. **DIARIO DE S. PAULO**. São Paulo: 26/07/1938, Segunda Seção, p. 1.

“Aventura na América faz do Uruguai o campeão pioneiro”. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo: 30/04/2006. Especial, p. 9.

“Itália apela para organizar e ganhar a sua primeira Copa”. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo: 30/04/2006. Especial, p.11.

“Itália de Pozzo confirma sua hegemonia na casa vizinha”. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo: 30/04/2006. Especial, p. 13.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mário. “Manifesto Antropofágico”. In: BRACIALLI, Giuliana. 2003, 80f. **Rapsódias modernistas: a busca da Identidade Nacional pelos literatos modernistas brasileiros**. Trabalho de Conclusão de Curso, (graduação em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

ANTUNES, Fátima M. R. F. “Com brasileiro não há quem possa!” – **Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BASBAUM, Leôncio: **História sincera da República, de 1889 a 1930**. São Paulo: Fulgor, 1968, p. 18.

BATALHA, Cláudio: “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: FONTES, Alexandre, SILVA, Fernando Teixeira e BATALHA, Cláudio H. Moraes: **Culturas de Classe**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. “Hausmann e o plano de Paris”. In: **História da Arquitetura Moderna**. Barcelona: Editora Perspectiva, 2001.

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933)**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CORSI, Francisco L. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

DAMATTA, Roberto (coord.). **O que faz o Brasil, Brasil?** 7^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DORNAS FILHO, João. **O padroado e a igreja brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Brasiliana 125).

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930 – historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos bancos**. São Paulo: Difel, 1972.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1: “O legado da raça branca”. São Paulo: DOMINUS. EDUSP, 1965.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRANZINI, Fábio. **Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Futebol, identidade e cidadania no Brasil dos anos 30**. XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em Belo Horizonte (MG) de 20 a 25 de julho de 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GUEDES, Simoni L. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Niterói: Editora UFF, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Trad. Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Trad. Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II, 5º volume – Do império à república. Rio de Janeiro/ São Paulo. Difel, 1977.

_____. **Raízes do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAFER, Celso. “Prefácio”. In: RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Esboço da História do Brasil**. Brasília: MRE-FUNAG, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **Cultura e identidade operária – aspectos de cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/UFRJ.

MASON, Tony. **Passion of the people? Football in South America**. Londres: Verso, 1995.

MAZZONI, Thomaz. **História do futebol no Brasil, 1894-1950**. São Paulo: Leia, 1950.

MEDEIROS, Coriolano de. “O movimento da abolição no nordeste”. In: SILVA, Leonardo Dantas: **A abolição em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 1988.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1979.

MORAIS, Fernando: **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1992.

MURLEY, Bill. **Entre os vândalos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. São Paulo: Hedra, 2000.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia, Lippi: “Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Leonardo A. de M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESSOA, Reynaldo C. **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo, BOL. Alfa-Ômega, 1973.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. Editora Brasiliense, 1996.

PRADO, Décio de Almeida. **Seres, coisas, lugares: do teatro ao futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EDUNESP, 1993.

RENGER, Terance. “A invenção da tradição na África Colonial”. In: HOBBSAWM, Eric: **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: MORAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. 5ª ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora Unicamp, 1988.

TOLEDO, Luiz H.de. **Torcidas Organizadas de Futebol**. São Paulo: ANPOCS, 1997.

_____. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

VARGAS, Getúlio. **Diário** / apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. “O modernismo e a questão nacional”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995.

WITTER, José Sebastião. **Breve História do futebol brasileiro**. São Paulo: FTD, 1996.

_____. **O que é futebol**. São Paulo: Brasiliense, 1990.